BRASIL, PAÍS DO TUPINIQUIM AO ALEMÃO: AS SUBJETIVIDADES LINGUISTICAS NA CASA DA MÃE JOANA

MARIA ZITA JESUS DO NASCIMENTO

RESUMO
O Brasil tem notoriedade de ser um país acolhedor, multicultural, formado a partir de muitos povos e línguas. Com a colonização, a língua portuguesa foi introduzida no Brasil, no entanto, com a apropriação do território além das doenças, exploração econômica, escravização dos povos originários, esse feito foi responsável pelo glotocídio, isto é, o assassinato das línguas nativas. Os colonizadores chegaram a implementar leis com o intuito de aniquilar a cultura dos que aqui estavam e perpetuar a cultura considerada civilizada. Assim, este estudo traz reflexões a respeito das influências históricas que geraram as subjetividades na aceitação linguísticas que fazem parte deste Brasil, chamado de acolhedor. Entretanto, no século XXI, os povos originários, ainda, lutam para serem reconhecidos e terem seus direitos a terra, de cultuar suas tradições e não deixar suas línguas desaparecerem por completo. Assim, esta pesquisa permeia pelos contextos históricos a partir da ocupação do território brasileiro, do autoritarismo para aniquilar os povos e culturas originárias, das subjetividades em relação a aceitação do outro e como esses contextos influenciaram as culturas linguísticas brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: povos; originários; línguas; cultura; aniquilar.

INTRODUÇÃO

A carta de Pero Vaz De Caminha, endereçada ao rei Dom Manuel I, relatando as primeiras impressões da nova terra a ser colonizada, evidencia como os portugueses subjugaram a cultura, línguas e modos de vida dos povos originários. No trecho a seguir fica evidente o modus operandi dos colonizadores:

"Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar (Caminha,1500)".

Até mesmo entre os próprios europeus existiam distinções, como o preconceito com os povos vindo dos Açores e espanhóis das Ilhas Canárias (Campos 2015), pois eram regiões que foram povoadas por portugueses de várias províncias e diferentes etnias incluindo mouros e judeus, no qual, essas misturas eram consideradas impuras para os parâmetros de raça pura europeus.
Na mesma carta, Pero Vaz de Caminha, sugere ao rei D. Manuel I que envie clérigos para batizar os indígenas e assim os converter a fé de suas crenças e impor suas culturas: "Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar".
De acordo com as estimativas do IBGE, no período do descobrimento havia cerca de mil línguas faladas pelas várias tribos indígenas existentes no território brasileiro. Com o fluxo migratório, o Brasil se tornou um país multilinguistas, porém, a cultura linguística dos povos originários está se dizimando, juntamente com seus povos. Diante desse enunciado, este trabalho tem como objetivo analisar como as influências históricas contribuíram para o glotocídio e xenofobismo linguístico em um país construído por diversidades de povos. E vale ressaltar que após um pouco mais de meio século, a temática indígena, ainda, é latente, no entanto, são muitas questões pendentes de respostas e neste trabalho o recorte se dará a respeito da cultura linguísticas brasileira.

UTI POSSIDETIS

A carta de Pero Vaz de Caminha é um dos documentos mais antigos que demonstra que Portugal foi o primeiro colonizador do Brasil (antiga Vera Cruz), assim, conquistou

o poder a Uti Possidetis, de acordo com os princípios do direito internacional esse poder privilegia a efetiva ocupação do território. Assim, Portugal possuía o direito reconhecido a efetiva ocupação do território e poderia exercer o controle político e militar sobre a região – doutrina que foi particularmente utilizada pelos colonizadores na determinação de suas fronteiras. Pois na ocasião, Portugal dividia o poder de colonizar o território com a Espanha (Lima, 2017). Em se tratando de disseminar a cultura europeia entre os povos originários, alguns estudos enaltecem as figuras de Manoel da Nobrega e José de Anchieta como figuras importantes no processo de civilizar os indígenas ou selvagens como eram chamados.

OS REDENTORES

Padre Manoel da Nobrega era conhecido pelo cunho de agente colonizador e com o auxílio de Padre Anchieta, conhecido por suas habilidades com as línguas e ao ensino, tinham em comum que era necessário catequizar os gentis e expandir o catolicismo. Mas, mesmo como articulador do projeto a serviço da coroa, Nobrega entendia que a cultura europeia tinha que ser imposta mesmo a força. Já para Padre Anchieta era necessário aprender a língua dos indígenas para depois ensinar o idioma da coroa, pois assim a catequização teria êxito. E segundo suas cartas, era pelas crianças que os esforços deveriam ser empregados:

"Aqui foram recebidos na Companhia o Irmão Pero Corrêa, dos principais deste reino e grande sabedor da língua do Índios, que nos trouxe valioso auxílio para a conversão dos infiéis, não só pela muita autoridade, que tem entre eles, como pelo exatíssimo conhecimento da língua; os Irmãos Antônio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antônio, todos intérpretes dos Índios; Mateus Nogueira, João de Sousa e Gonçalo Antônio. Todos estes, residiam com os Portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruíam otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever (Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga p. 38)."

Com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, iniciou a era da catequese - a chamada civilização dos selvagens, entretanto, os jesuítas entendiam que para conseguir impor seu idioma e sua cultura era necessário aprender a se comunicar com os indígenas. De acordo com as pesquisas na página do Senado Federal, a maior parte do acervo, faz com que os colonizadores pareçam heróis e foi um favor a vinda para catequizar os indígenas que habitavam a essa terra na época do suposto descobrimento.

"Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo; estas terras representam quase dois terços do território do império. Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços. Todavia, com a aniquilação dos povos indígenas o número de pessoas e línguas diminuíram (Couto,1876, p. XXI)."

Segundo dados do senso de 2022, no Brasil existem aproximadamente 1.693.535 pessoas que se consideram indígenas e 274 línguas faladas (até então). Não sabe ao certo quantas línguas e povos existiam no Brasil no período do descobrimento, sendo, mas, a fim de estabelecerem uma comunicação originou-se o nheengatu ou língua geral. Supostamente um dialeto gerado a partir da língua Tupi.

A respeito do novo dialeto, há lacunas nas informações. Segundo o Padre José de Anchieta está língua se derivou do Tupiniquim. Já nos escritos de Couto Magalhães , no livro "O Selvagem" (1876) o nheengatu se deu a partir do Tupi – "Muitas línguas se falam nesse imenso país, mas, sem a menor contestação, o tupí ou nhebengatú é a língua geralmente entendida". No entanto, de acordo com o professor Cauã Wirapayé , essa língua já era utilizada em contextos comerciais antes mesmo da vinda dos jesuítas. E ressalta que a nomenclatura nheengatu se deu por conta dos registros do padre Anchieta. Outra controvérsia é a respeito da língua não resistir as investidas portuguesas. O professor e historiador José Ribamar Bessa Freire (2004) em uns dos seus estudos a respeito da língua (estudo datado de 2004), desmonta os argumentos de Charles Frederick Hartt de que:

“A língua geral ainda falada pela gente velha vai pouco a pouco cedendo terreno à portuguesa, e a próxima geração achá-la-á extinta entre eles” (Hartt, 1885, p. 133). Foi o que efetivamente ocorreu no final do século XX, quando a língua geral ficou circunscrita à região do alto Amazonas. (Freire, p.221,2004).”

Assim como Freire, o professor Cauã Wirapayé (2023) invalida as suposições Hartt, enfatizando que existem pessoas nativas, no Pará inclusive, que se comunicam utilizando o nheengatu. E as pesquisas revelam que outras pessoas procuram reavivar essa cultura, como o curso de língua geral (nheengatu ou tupi moderno) a língua das origens da civilização amazônica, ministrado na USP em 2011 pelo professor Eduardo de Almeida Navarro e o projeto do grupo de pesquisa computação e linguagem Natural (COMPLIN) da Universidade Federal do Ceará. A proposta é criar ferramentas computacionais para o processamento e ampliação das possibilidades de conhecer as estruturas gramaticais e tradução do nheengatu. Além disso, em julho de 2023, foi lançada a Constituição Federal traduzida para o nheengatu, ao qual, segundo a Ministra Rosa Weber “é um gesto de valorização e respeito à cultura e à língua indígena.” (Supremo Tribunal Federal,2023).
Muitos embates foram travados para que conseguissem catequizar\amansar os indígenas. Nas cartas que Padre Anchieta informava a coroa a respeito dos avanços expõe essas lutas com as tribos e as punições que recebiam ao se rebelarem. Diante da resistência dos adultos, as crianças eram a melhor opção para a doutrinação.
O território brasileiro se submetia as ordens da coroa, mas não havia indústrias, “era um amontoado de regiões sem comércio nem comunicação entre si” e domesticar, catequizar, letrar e ensinar a língua da coroa era parte do projeto de colonização, a princípio, com objetivo apenas de extrair riquezas e fazer dos indígenas serviçais, entretanto, os gentis eram mais necessários.
Como relata Couto Magalhães (1876):

“E, ao passo que importamos o branco, que nos é aliás essencial, me parece que devemos atender também a um milhão de braços indígenas não menos preciosos, porque é a este, mesmo por causa de sua pouca civilização, que está reservada a missão de ser o precursor do branco nos climas intertropicais, desbravando as terras virgens, desbravagem que o branco não suporta” (Couto,1876, p. XX).”

Fica evidente qual serventia tinha os indígenas no processo de colonização, no entanto, muitas tribos lutavam contra a dominação e dificultava os projetos dos portugueses. Com as lutas e embates muitas tribos foram aniquiladas e para dar continuidade a colonização do território de Vera Cruz, se iniciou o tráfico negreiro. Portugal por possuir controle de algumas regiões na África, trouxe os africanos para o Brasil para substituir a mão de obra indígena. Não sabe ao certo quando e como ocorreram o tráfico negreiro, mas é sabido que em relação ao objeto desse estudo, as línguas, os negros foram impedidos de manifestarem seus dialetos e, além disso, professarem suas culturas. Quando aqui chegavam para se comunicarem aprendiam a língua. Mas, para além da comunicação, um meio de sobrevivência. Os que aprendiam o idioma rapidamente eram destinados a trabalhos menos pesados e consequentemente não sofriam com demasiados castigos.
Assim, no intuito de não se comunicarem entre si e planejarem revoltas, os negros eram traficados separados de seus conhecidos e que falassem o mesmo idioma\dialetos. Para os senhores de escravos, deixar que os negros falassem suas línguas, cultuassem seus costumes era sinônimo de perigo. Já que estes fisicamente teriam mais chances em relação aos brancos. No entanto, a língua geral dos negros africanos se tornou o Banto e sua forma de resistência era através dos cultos religiosos, ao qual, deu origem ao sincretismo religioso. Negros que aprenderam o português eram conhecidos como ladinos. Estes tinham “vantagens”. Trabalhavam em serviços menos “pesados”. Já os boçais eram os que não dominavam a língua (Evaristo, 2021). Diante disso, conclui-se que os colonizadores tinham como objetivo ensinar aos indígenas a língua para se comunicarem em razão de que eles possuíam o conhecimento a respeito do território. Já os escravos africanos foram trazidos para servir de mão de obra e aprendiam as línguas como meio de

sobrevivência.

Diante da disseminação dos novos dialetos (nheengatu e banto), o governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, na metade do século XVIII, chegou afirmar que a língua geral era mais usada do que o português, inclusive pelos colonos:

"Estava o vício [da língua geral] tão arraigado que me foi necessário dar novas providências para atalhar o hábito que tinham feito esses moradores do uso sobredita língua, e principalmente os desta mesma cidade [Belém] e seus subúrbios" (Mendonça Furtado 1759, Cortesão, 1972 apud Barros, Borges, Meira,1996, p.197).

Com o intuito de reafirmar a soberania portuguesa, foi enviado por Dom José I ao Brasil, Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal). Sua primeira ação para implementar o projeto de supremacia portuguesa, foi expulsar os jesuítas, ao qual, atribuía responsabilidade em serem coniventes pela propagação de outra língua e dominou tudo que obtinham. De acordo com os registros históricos, os jesuítas se favoreciam mais que a própria coroa na nova terra. Essa ação contribuiu com as pretensões de alguns colonos em escravizar os gentis e encontraram resistência dos clérigos (Oliveira e Franco, 2016). Porém, essa salvaguarda era uma estratégia no intuito de resguardar os interesses da Coroa em obter ajuda dos gentis por conta de seus conhecimentos sobre o território, segundo os ideais dos clérigos.

Seguindo o projeto supremacista da coroa, as ações em relação as línguas foi de proibir a comunicação entre outros idiomas que não fosse o português. Deste modo, diante da expulsão dos jesuítas foram contratados mestres para ensinar português e seus salários seriam pagos com os trabalhos dos índios e quem não obedecesse havia sanções de acordo com sua raça ou papel social. Para os colonos de origem portuguesa ou brancos que ousasse se comunicar através da língua geral este pagaria multa a coroa, se fosse reincidente pela terceira vez seria excluído daquele estado. Já os índios, mameluco, cafuzo, mulato, ou preto seriam chicoteados em praça pública para servir de exemplos aos outros. Se a infâmia partir de membro da igreja a penalidade seria a cargo da coroa (Barros, Borges, Meira, 1996). Marquês de Pombal, tinha o apoio da Coroa e segundo seus ideais proibir qualquer idioma e a língua geral era um modo de iniciar a civilidade da população e pôr Portugal em posição de igualdade como outras nações civilizadas. Após a morte do monarca Dom Jose I, Marques de Pombal foi destituído do cargo e obrigado a voltar para sua cidade em Portugal.

A construção do Brasil se dá pela junção de vários povos, e com a chegada dos portugueses, o Brasil se tornou o destino das oportunidades para uns, desesperança para outros. Decerto, a fuga da família real ao Brasil, deu folego ao projeto de povoar o território brasileiro de pessoas brancas, católicas e europeias, enfraquecendo cada vez mais as questões das línguas. Foram anulados muitas das ações realizadas pelo Marques, mas nada se fez a respeito das línguas dos indígenas e negros escravos. Daí em diante essas línguas ficaram à mercê do glotocídio. Gonçalves Dias ao ser nomeado para compor a comissão Cientifica do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em suas visitas a escolas indígenas, ressaltou a importância de que a escola era um lugar para ser ensinado o português, inviabilizando a continuação da língua geral. Gonçalves Dias era conhecido como o intelectual dos povos indígenas, no entanto, seu interesse era ser precursor em mapear a histórias dos índios para posteridade e não a favor dos povos originários. Apesar disso, em suas obras percebe-se as contribuições dos indígenas e negros para compor o português brasileiro (Kodama,2007).

Com os portões abertos da terra das oportunidades, iniciaram em massa as imigrações ao Brasil - Italianos, espanhóis, irlandeses, suíços (europeus, brancos, católicos) para dar ar de civilidade a essa terra:

"Por toda parte onde quer que uma raça civilizada se pôs em contato com uma raça barbara viu-se forçada: ou a extermina la, ou a aprender a sua língua para com ela transmitir suas ideias. (...), Mas se não é passivei fazer os brasileiros estudarem as línguas selvagens, é possível, é fácil educar meninos selvagens que, continuando com o conheci-

mento da língua materna, sejam nossos interpretes, o laço entre a civilização aryana de que nós somos os representantes, e essa civilização aborigene que ainda não transpôs os limites da idade de pedra, e de que eles são os representantes. (Magalhães,1876, p. VII)."

Assim, impor a língua aos selvagens e imigrantes, principalmente influenciando meninos e meninas, são mecanismos para instituir os ideais dos colonizadores portugueses. As reformas pombalinas, ainda, eram vigentes por volta de 1841 e todas as instituições deveriam seguir os ensinamentos evidenciando a língua nacional, ou seja, o português. Neste período influenciado pelos gentis e negros escravizados, no entanto, no Brasil o ensino de línguas, após muitas reformas, garantia a presença das línguas antigas e modernas como o latim, grego, francês, inglês, alemão e italiano em todos os estágios do Colégio D. Pedro II; Em 1890 o Ministro Benjamim Constant, reformulou o ensino de língua estrangeira e o alemão, foram excluídos do currículo obrigatório, como também o estudo das literaturas estrangeiras; Com o decreto de nº 1.041 de 1892, retoma o ensino das línguas estrangeiras; A reforma de 1901, nesta ocasião era Ministro Epitácio Pessoa altera a oferta das línguas em função da redução de anos de formação no Colégio D. Pedro II para 06(seis) anos. Em decorrência, o inglês e o alemão retomam seu espaço no currículo, dessa vez, com vistas a um processo de ensino e aprendizagem mais comunicativos; em 1911 com o Ministro Rivadávia Correa, as línguas vivas e as clássicas retomam seus estudos literários; 1931 o Ministro Francisco Campos, institui que francês, inglês e alemão seria ensinado no período secundário. O latim era a única língua clássica do currículo; em 1942 o Ministro Gustavo Capanema, além das línguas existentes, incluiu o espanhol como disciplina obrigatória; As Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1971 não apresentaram nenhuma orientação metodológica para o ensino de línguas estrangeiras. Já a LDB de 1996, enfatiza a retomada da importância do ensino das línguas estrangeiras. 2017 surge a Base Nacional Comum Curricular e a língua inglesa surge como língua franca globalizada.

Diante dos históricos a respeito da liberação e proibições de línguas alguns povos sofreram. Na era Vargas os pomeranos foram perseguidos por serem confundidos com nazistas alemães. Na ocasião foram proibidos de falar sua língua e cultuar seus costumes. No entanto, desde 2022, tramita no senado um Projeto de Lei que declara a prática da língua, a escrita, os costumes e a cultura das comunidades pomeranas como Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil, além disso, os pomeranos cultuam seus costumes e culturas livremente, principalmente na maior colônia pomerana do Brasil que fica no Espírito Santo (Gass, 2022). Os japoneses passaram pelo crivo xenofóbico, Nucci (2009), relata que muitos dos mais renomados figurões da época, inclusive médicos, como Miguel Couto, defendiam a ideia de que não seria favorável para compor uma nação pura e civilizada permitir a continuação de entradas dos imigrantes japoneses. Os nipônicos foram proibidos de falar suas línguas. As investidas foram se intensificando principalmente ao longo da segunda guerra mundial. Mesmo com todas as perseguições que os japoneses sofreram, hoje em dia, suas tradições podem ser livremente cultuadas. Outros povos que eram considerados indesejáveis foram os judeus. Com a ascensão do nazismo muito imigrantes pediam exilio no Brasil, e inúmeros foram negados por conta do xenofobismo, no entanto, alemães eram bem-vindos segundo a pesquisadora Maria Luiza Tucci Carneiro apud Campos (2015), ressalta que antes mesmo de Hitler chegar efetivamente ao poder, no Brasil, as ideias nazistas se fomentava. Foram instituídos grupos nazistas e fascistas, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba e tinha apoio da imprensa, além disso, a era Vargas foi um terreno fértil para xenofobia, antissemitismo e eugenia.

Em se tratando do histórico linguístico africano no Brasil, Lucchesi 2009 ressalta que os primeiros escravizados entraram em contato com a língua geral, no entanto, com a substituição da mão de obra indígena por escravizados africanos e os avanços do tráfico negreiro, suas línguas se fundiram ao português de Portugal, assim, a língua geral passou a ser residual. Segundo Frei Francisco dos Prazeres:

Presentemente a língua corrente no país é a portuguesa; os instruídos a falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialeto, que, enquanto a mim, é o resultado da mistura de línguas das diversas nações que tem habitado no Maranhão (Neto 1958 apud Lucchesi 2009)

Diante dos fatos históricos, percebe-se que o português brasileiro se originou por conta das misturas de povos e a necessidade de comunicação para expandir o projeto colonizador. Há quem julga os feitos de Marquês de Pombal como necessários para os processos civilizatórios, no entanto, pelo lado dos indígenas e escravizados a imposição da língua e apagamento de suas origens foi uma forma de sobreviver.
Na atualidade, com a propagação de produções nacionais (em especial as novelas), imigração de brasileiros para Portugal e advento dos youtubers e influencers o português brasileiro tem influenciado, principalmente crianças e jovens portugueses. Segundo reportagem da BBC, expressões brasileiras têm ganhado espaço no cotidiano dos portugueses, ao qual, tem dividido opiniões. Além do brasileirismo, como estão chamando as expressões, a xenofobia se faz presente no cotidiano dos imigrantes brasileiros (Braun, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2023 durante uma palestra do Grupo de Estudos de Filosofia Indígena na Unicamp, um homem proferiu inúmeros insultos referente aos idiomas indígenas. Em uma das falas enfatiza que "a maioria das pessoas não estão interessadas em aprender tupi-guarani [...], língua nenhuma deles". "Eu acho que índio, mas isso no meu ponto de vista, tem que tirar aquela tanga dele lá... Tá certo? Estudar a nossa língua em vez de ficar falando essa língua que ninguém entende". A ignorância a respeito dos povos originários, ainda, persiste. Julie Dorrico (2022), relata em seus estudos seu incomodo com tais situações e enfatiza que tudo que é destinado aos indígenas, não tem participação dos interessados, além disso, que a imagem dos povos originários em geral é retratada de modo deturpado e tem conotação negativa. No estudo a fortuna crítica (da exclusão): makunaimî na literatura indígena contemporânea, faz menção a obra de Mario de Andrade, Macunaíma, ao qual, até a atualidade, presta desserviço em corroborar com a imagem deturpada dos povos indígenas. O objeto desse estudo tratou de compreender quais as subjetividades em aceitar as línguas, principalmente dos povos originários e conclui-se que comprovaram que a língua portuguesa brasileira é um conjunto de contribuições de vários povos, principalmente, indígenas e africanas. No entanto, aceitar o outro é um projeto social hegemônico. Quando esses povos são considerados irrelevantes para a sociedade, independente dos esforços não há avanços significativos.
Em vários lugares do mundo adotaram mais de um idioma como oficial. No Brasil as línguas oficiais é o português e libras. E de acordo com os documentos norteadores de ensino, ressalta que à "aprendizagem de língua estrangeira é uma possibilidade de aumentar a auto percepção do aluno como ser humano e como cidadão", no entanto, a língua fomentada é o inglês. Porém, há documentos que enfatizam a necessidade de valorizar as contribuições dos indígenas e africanos culturalmente. Assim, diante dos fatos apresentados, observa-se que nenhuma das reformas contemplaram a língua dos povos originários e\ou africanos, no qual, contribuíram para a formação dessa nação e são ignorados sumariamente. Tendo em vista, essas considerações, como se dará à auto percepção e o senso de cidadania se os indivíduos não se reconhecem? Utilizando as palavras de Edmund Burke: "um povo que não conhece sua história está fadado a repeti-la". Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente que todas as ações, consideradas, a "favor" dos indígenas, nas entrelinhas se davam\dão em prol dos que detém o poder. Nos últimos tempos, presenciamos tentativas de reparações histórica, no entanto, muitas dessas ações seria válida, se não fosse arraigado de demagogia, palanque eleitoreiro, com o intuito de limpar a imagem perante a sociedade ou dar continuidade ao lugar de poder. Em se tratando dos povos originários e africanos, ainda, estão a lutar por verdadeiras reparações históricas e serem valorizados por suas contribuições com

essa pátria.
Por fim, este estudo fomentou mais questionamentos, mas fica evidente que lei no papel se torna utopia e continuará respaldando a ilusão das verbosidades dos que detém o poder.

REFERÊNCIAS

BARROS. Maria Cândida D. M; BORGES. Luiz. C; MEIRA. Márcio. Língua Geral como Identidade Construída. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília- Língua Inglesa 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ao lançar primeira Constituição em língua indígena, presidente do STF destaca momento histórico para o Brasil. Brasília, 19 de jul.2023. Disponível em: Supremo Tribunal Federal (stf. jus.br). Acesso em:01/12/2024.

BRAUN. Julia. O português de Portugal está ficando mais brasileiro? As expressões ouvidas com cada vez mais frequência no país. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51jkl0y9nlo . Acesso em: 14/12/2024.

CAMINHA, Pero Vaz. Ao Rei D. Manuel. Brasil,1500. Disponível em: Domínio Público - Detalhe da Obra (dominiopublico.gov.br) . Acesso em:0I/12/2024.

CAMPOS. Gustavo Barreto de. DOIS SÉCULOS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL. A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: tese_final_GBC_finalpesquisador Gustavo Barreto.pdf . Acesso em: 02/12/2024

DORRICO, Julie. A fortuna crítica (da exclusão): Makunaimî na literatura indígena contemporânea. Disponível em: Revista_CPFn14.pdf. Acesso em: 02/11/2024

EVARISTO. Jefferson. Linguicídio Africano no Brasil. Línguas e multilinguismos em tempos de pandemia: acesso, justiça social. Línguas e multilinguismos em tempos de pandemia: acesso, justiça social, Rio de janeiro, v.18 n.4. 2021. Disponível em: Linguicídio africano no Brasil | Fórum Linguístico (ufsc.br). Acesso em 11\12/2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS [FUNAI]. Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. Brasília,27\10\2022. Disponível em: Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias - Fundação Nacional dos Povos Indígenas (www.gov.br). Acesso em: 10/12/2024

GASS, Bohn. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 2.145, DE 2022: Declara a prática da língua, a escrita, os costumes e a cultura das comunidades pomeranas como Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2202963 . Acesso: 04/12/2024 KODAMA, K. (2007). o Tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. Fênix - Revista De História E Estudos Culturais, 4(3), 1-14. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/683 . Acesso em: 05/12/2024

LIMA. Lucas Carlos. Uti possidetis juris e o papel do direito colonial na solução de controvérsias territoriais internacionais. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, [S. l.], v. 38, n. 77, p. 121–148, 2017. DOI: 10.5007/21777055.2017v38n77p121. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/21777055.2017v38n77p121. Acesso em: 09/12/2024

SOUSA. Sergio. Grupo cria ferramentas computacionais para tradução automática de nheengatu, única língua viva descenden-

te do tupi antigo – Agência UFC. Disponível em: Grupo cria ferramentas computacionais para tradução automática do nheengatu, única língua viva descendente do tupi antigo – Agência UFC. 10\05\2022. Acesso em: 04/12/2024

SUESS. Paulo. A história dos jesuítas no Brasil. Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: A história dos jesuítas no Brasil | Cimi. 31\06\2006. Acesso em: 09\12\2024

MAGALHÃES. Adriana. Conheça as principais mudanças que a corte portuguesa trouxe para o Brasil. Rádio Câmara. Brasília,03de mar.2008. Disponível em: Especial Família Real 3 - Conheça as principais mudanças que a corte portuguesa trouxe para o Brasil (05'54") - Rádio Câmara - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) . Acesso em: 12/12/2024

MAGALHÃES. Couto de. O Selvagem. Rio de Janeiro. Typographia da Reforma,1876.

DORRICO, Julie. A fortuna crítica (da exclusão): Makunaimî na literatura indígena contemporânea. Disponível em: Revista_ CPFn14.pdf. Acesso em: 02/11/2024

PEIXOTO. Afrânio. Cartas, informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta. Rio de Janeiro,1933.

SANTOS. Almir Grigorio dos. As Cartas de José de Anchieta e a história das ideias linguísticas. São Paulo, v. 10 n. 03 (2021).

WIRAPAYÉ. Cauã. Língua Indígena Nheengatu. Aula 1-história. Youtube, 15 de out.2023. Disponível em: https://youtu.be/8g669VnnNY0?si=wsDmUxBqnrof6PFL . Acesso em 10\12\2024.